

Museus e memoriais do pós-guerra ou como representar o horror

Post-war museums and memorials, or how to represent horror

Museos y memoriales de posguerra o cómo representar el horror

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira¹
Juliane C. Primon Serres²

Recebido em: 27 fev. 2025
Aceito para publicação em: 3 abr. 2025

Resumo: Neste texto abordou-se uma dimensão do pós-guerra, que é a memorialização e patrimonialização de lugares que sediaram eventos traumáticos. Dois casos foram analisados: o Memorial de Oradour-sur-Glane e o Memorial da Shoah de Drancy, ambos na França. Buscou-se entender a dinâmica de criação desses dois espaços museológicos, quais formas comunicacionais são ativadas ali e quais conexões eles apresentam com os sítios de memória onde estão situados. A metodologia utilizada para análise partiu do princípio de que a memória que se constrói com base nesses lugares é fortemente emocional, visa à compensação simbólica do passado traumático e é agenciada, sobretudo, por atores sociais direta ou indiretamente vinculados aos fatos geradores de sofrimento.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; memória; patrimônio; Oradour-sur-Glane; Drancy.

¹ Professora emérita da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3379-6378>.

² Professora associada da UFPel – Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4848-1539>.

Abstract: This article focuses on one dimension of the post-war period, the memorialization and patrimonialization of places that hosted traumatic events. Two cases were analyzed, the Oradour-sur-Glane Memorial and the Drancy Shoah Memorial, both in France. The aim was to understand the dynamics of the creation of these two museum spaces, the communication ways that are activated there, and the connections they have with the memory sites where they are located. The methodology used for the analysis was based on the principle that the memory that is constructed in these places is strongly emotional, aims to symbolically compensate for the traumatic past, and is acted upon, above all, by social actors directly or indirectly linked to the events that engendered the suffering.

Keywords: World War II; memory; cultural heritage; Oradour-sur-Glane; Drancy.

Resumen: Este artículo examina una dimensión de la posguerra, que es la memorialización y patrimonialización de lugares que acogieron acontecimientos traumáticos. Se analizan dos casos, el Memorial de Oradour-sur-Glane y el Memorial de la Shoah de Drancy, ambos en Francia. El objetivo fue comprender la dinámica de creación de esos dos espacios museísticos, las formas de comunicación que se activan en ellos y las conexiones que tienen con los lugares de memoria donde se ubican. La metodología utilizada para analizar los sitios se basó en el principio de que la memoria que se construye en esos lugares es fuertemente emocional, pretende compensar simbólicamente el pasado traumático y es actuada, sobre todo, por actores sociales directa o indirectamente vinculados a los acontecimientos que generaron el sufrimiento.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; memoria; patrimonio; Oradour-sur-Glane; Drancy.

*Haunted by the inevitability of forgetting
something, ethical remembering constantly
tries to recall what might be overlooked
(Viet Thanh Nguyen, 2013)*

A CENA HISTÓRICA QUE ANTECEDE A MEMÓRIA

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o regime nazista (1933-1945) representam um dos períodos mais sombrios e complexos da história contemporânea. Marcada por um conflito global de proporções sem precedentes, a guerra não apenas redefiniu as fronteiras geopolíticas do século XX, como também deixou um legado de destruição, trauma e reflexão sobre a natureza humana e seu potencial destrutivo.

Entre as muitas consequências desse período, a criação dos memoriais e museus do Holocausto, relativos aos massacres perpetrados pelo nazismo, emerge como uma resposta histórica, moral e ética à tentativa de extermínio sistemático de milhões de pessoas, principalmente judeus. Esses museus e memoriais, espalhados pelo mundo, não só preservam a memória das vítimas, mas também servem como espaços educativos e de conscientização sobre os perigos do ódio, da intolerância e do autoritarismo.

Em 2025, ano em que se comemoram os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e da abertura do principal campo de morte nazista – Auschwitz –, torna-se imperativo retornar a essas memórias que espreitam o presente lembrando-nos de que o passado não está enterrado, mas ainda tem ressonância. O Holocausto, como um dos episódios mais sombrios da Segunda Guerra Mundial, serve como um alerta sobre os

perigos do ódio, da desumanização do outro e da ascensão de ideologias totalitárias. Primo Levi, em *É isto um homem?* (1998), já nos advertia sobre a fragilidade da memória e a necessidade de preservar os testemunhos daqueles que vivenciaram o horror, para que as gerações futuras não caíam nos mesmos erros. Ainda sobre o Holocausto, Levi (1990, p. 9) escreveu que temos de lembrar que “aconteceu, portanto, pode acontecer de novo: isso é a essência do que temos a dizer”. Em tempos contemporâneos, nos quais se proliferam em ritmo alucinante e alcances outrora inimagináveis discursos fundados em ódios, intolerâncias de vários níveis e revisionismos dantes já superados, visitar tais memórias em datas comemorativas é um chamado à responsabilidade que temos de carregar essas “heranças que machucam”, como afirmam David Uzzel e Roy Ballantyne (1998), como um dever moral para evitar que se repitam.

O Holocausto³, genocídio de aproximadamente seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, foi um evento singular em sua escala e brutalidade. Ele não ocorreu, no entanto, de forma isolada. Foi o resultado de uma conjuntura histórica específica, que incluiu a ascensão do nazismo na Alemanha, a crise econômica e política do período entreguerras e a propagação de ideologias antissemitas e racistas que já circulavam na Europa há séculos. O regime nazista, liderado por Adolf Hitler, instrumentalizou essas ideologias para justificar políticas de exclusão, perseguição e, finalmente, extermínio. A “Solução Final” (*Endlösung der Judenfrage*), como foi eufemisticamente chamado o plano de extermínio em massa, foi implementada com eficiência burocrática e tecnológica, envolvendo campos de concentração, trabalho forçado, execuções em massa e câmaras de gás.

Apesar disso, a memória do Holocausto não foi instantaneamente reconhecida como um elemento central da história da Segunda Guerra Mundial. Nos anos imediatamente posteriores ao conflito, a reconstrução da Europa e o início da Guerra Fria desviaram a atenção global para outras questões. Foi apenas nas décadas de 1960 e 1970, com o julgamento de criminosos de guerra nazistas – como o caso de Adolf Eichmann em 1961 (Arendt, 1999) – e a crescente conscientização sobre os direitos humanos, que o Holocausto começou a ser amplamente discutido e estudado. Nesse contexto, os museus do Holocausto surgiram como uma resposta à necessidade de preservar a memória das vítimas e de educar as gerações futuras sobre os horrores do nazismo.

O primeiro museu dedicado ao Holocausto, o Yad Vashem, foi estabelecido em Jerusalém em 1953, ainda sob o impacto direto dos eventos da guerra. Desde então, inúmeras instituições semelhantes foram criadas em diferentes partes do mundo, incluindo o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, em Washington D.C., e o Museu Auschwitz-Birkenau, na Polônia, localizado no antigo campo de concentração e

³ Ambos os termos, Holocausto e Shoah, serão empregados neste artigo em contextos textuais diferentes. De acordo com Francine Kaufmann (2006), é preciso observar que, mais do que uma questão semântica, as duas palavras remetem a usos diferentes na contemporaneidade. Ainda que para a compreensão genérica elas designem um acontecimento específico, sem precedentes – a morte de milhões de judeus sob o regime nazista –, o termo Holocausto, de conotação religiosa, refere-se a vítimas levadas ao sacrifício e, ainda que tenha sido de uso corrente a partir dos anos 1950 para designar o massacre dos judeus pelos nazistas, associa-se a imagens de massacre de inocentes imolados pelo fogo. Já o termo Shoah é atribuído por vários estudiosos como “Catástrofe”, relacionado no hebreu contemporâneo às consequências da Solução Final. A autora destaca ainda que “Shoah” tornou-se o termo oficial do Estado de Israel por meio de um decreto de 1951, assumindo assim a exclusividade para caracterizar o extermínio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. Para fins deste artigo, o uso do termo Holocausto dá-se para designar amplamente o contexto histórico do extermínio dos judeus e de outras vítimas da barbárie nazista, ao passo que o vocábulo Shoah é empregado de acordo com a fonte utilizada e particulariza o caso do genocídio judaico na Segunda Guerra Mundial.

extermínio. Essas instituições não apenas abrigam artefatos, documentos e testemunhos, mas também promovem pesquisas acadêmicas, exposições e programas educativos que visam combater o revisionismo histórico e o negacionismo do Holocausto.

A criação desses museus reflete uma mudança na forma como a sociedade lida com a memória de eventos traumáticos. Eles representam uma tentativa de transformar a dor e a perda em algo construtivo: a garantia de que as gerações futuras não esquecerão os erros do passado e estarão mais bem equipadas para evitar a repetição de tais atrocidades. Além disso, os museus do Holocausto também servem como espaços de reflexão sobre questões contemporâneas, como o racismo, a xenofobia e a discriminação, mostrando como as ideologias que levaram ao Holocausto ainda podem encontrar eco no mundo moderno.

Este artigo busca analisar duas instituições cujas origens se encontram em eventos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial e associados aos crimes cometidos pelo regime nazista na França. A primeira delas é o Memorial de Oradour-sur-Glane, destinado a narrar o evento traumático ocorrido no vilarejo de mesmo nome no ano de 1944, no qual quase a totalidade dos moradores locais foi massacrada por guarnições nazistas “de passagem”. A segunda é o Memorial da Shoah de Drancy, fundado em 2012 nessa localidade, ao nordeste da cidade de Paris, e onde está situado o conjunto habitacional Cité de la Muette, utilizado pelos nazistas como local de internação transitória de prisioneiros a serem deportados para o campo de concentração de Auschwitz.

Buscou-se, ao analisar essas duas experiências museológicas, entender os fatores que levaram à criação de tais instituições, seus formatos e escolhas expográficas, as interações que se dão com o entorno e os dispositivos comunicacionais dos quais lançam mão para cumprirem o papel de transmissores de memória e sensibilizadores para temas contemporâneos relativos à memória e educação sobre direitos humanos. Ao fazer isso, o artigo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda do impacto duradouro do Holocausto e da violência da guerra, além de destacar a importância de manter viva a memória desse período sombrio da história humana. O artigo é composto das seguintes partes: a memória no espaço público no contexto do pós-guerra de 1914 e da Segunda Guerra Mundial; patrimônios difíceis e os museus-memoriais em Oradour-sur-Glane e Drancy et la Cité de la Muette; museus, memoriais e patrimônio no contexto memorial contemporâneo.

A MEMÓRIA NO ESPAÇO PÚBLICO: MONUMENTOS E HERÓIS DA GUERRA DE 1914

A memorialização da guerra no espaço público assume um papel relevante nos finais do século XIX, durante e após a Primeira Guerra Mundial. Seja operando no tempo por meio de narrativas de vitória e homenagem aos heróis mortos ou imprimindo traços memoriais no espaço (monumentos, memoriais), as práticas comemorativas visam à conformação de representações coletivas da memória da guerra. Na perspectiva fundada por Maurice Halbwachs (1925), a memória individual é moldada por quadros de referência construídos socialmente e que permitem representações comuns do passado, o que caracterizaria uma memória coletiva. Henri Rousso (2016, p. 20) destaca que a memória compreende um conjunto de discursos, reivindicações, práticas, políticas, realizações que visam representar o passado ou um passado em particular. Informa o autor que é mais apropriado, na contemporaneidade, usar o termo “memorialização”, que se refere a uma narrativa sobre o passado, sua conversão em memória pelos sentidos que passa a ter numa determinada conjuntura, como um fato social.

As expressões memoriais da guerra, que caracterizam a transição entre os finais do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, tenderam a se converter em modelos estéticos e ideológicos que se proliferaram sobretudo no pós-Segunda Guerra. A reconfiguração de campos de batalha em espaços comemorativos e peregrinatórios adquiriu visibilidade no contexto da Guerra Civil Americana, contando para tanto com a agência de grupos de veteranos e organizações civis que atuaram como atores políticos no sentido de pressionar o poder público para ações de proteção e salvaguarda dos lugares e vestígios do conflito (Sellars, 2005), bem como, e paralelo a isso, a criação de cemitérios e monumentos comemorativos aos soldados mortos.

Essas formas memoriais são observadas no contexto da Primeira Guerra Mundial como consequência das perdas humanas nos vários grupos envolvidos no conflito, em escala inédita até então. Práticas como a individualização de sepulturas e o registro dos nomes dos soldados mortos em batalha foram se impondo como modos de homenagem aos “mortos pela pátria”, semantizados a partir de então como heróis. Tumbas, cenotáfios, necrópoles, monumentos e materiais são as expressões visíveis dessa busca por uma memória pública da guerra (Tison, 2018). Os dispositivos memoriais colocados em cena após o conflito advêm em grande parte de ações do Estado, como os monumentos aos mortos, as cerimônias do 11 de novembro, a instituição da tumba ao soldado desconhecido e os desfiles de ex-combatentes.

Os primeiros movimentos de salvaguarda, em particular na França, foram destinados aos lugares nos quais se desenvolveram as ações bélicas, tais como as trincheiras, mas também às ruínas deixadas pela guerra em cidades e vilarejos. Esses elementos, por sua materialidade, transformam-se em testemunhos do sofrimento da nação (Viltart, 2014; Theodosiou, 2012), ao mesmo tempo em que se tornam alvo, por parte de familiares, ex-combatentes e moradores dos locais próximos ao *front*, de buscas e recolhimentos de objetos e vestígios associados aos soldados mortos em campo, resultando disso acervos privados, muitos dos quais entregues à guarda de museus, como o Historial de la Grande Guerre, fundado em 1992 em duas localidades do Departamento de Somme no norte da França, Péronne e Thiepval, ambos conectados entre si e dedicados à história e memória da guerra de 1914 (Historial de la Grande Guerre, s.d.).

Os monumentos aos mortos surgem ainda durante a guerra, associados inicialmente aos locais de batalha. Tal como aborda Becker (1994), o culto funerário que se instaura nesses lugares apresenta uma dupla funcionalidade, que é a de homenagear os soldados abatidos em campo, mas igualmente fortalecer o sentimento de lutar pela pátria. Esse caráter político dos monumentos adquire maior expressão quando deixam de ser apenas vinculados aos lugares de confronto e se expandem para os espaços urbanos revestidos de diversas expressões artísticas e alegóricas, contendo a inscrição dos nomes, em ordem alfabética, daqueles que se apresentam como figuras centrais do discurso funerário e político: os soldados, representados ora como corpos mortos, ora em posturas de combate e sempre denotando a força, a determinação e a coragem que, finalmente, os definem como heróis. Esses monumentos são materializações de padrões estéticos pautados pelo que Winter (1995) associa com elementos que remetem ao romantismo e ao religioso, incorporados à cultura popular.

A comemoração da guerra colocava-se, nesse começo de século XX, como uma das bases do nacionalismo, e a figura do combatente sintetizava o sentimento de morrer por um ideal, de incarnar um comportamento exemplar, o que o define como um herói. A cultura memorial relacionada aos grandes conflitos, que se constituiu nos finais do século XIX e início do século XX, projetou-se no pós-Segunda Guerra Mundial quando

aos dispositivos já existentes, como monumentos, nominatas de mortos, inscrições no espaço público, cultura material bélica, museus e acervos documentais, foram agregados outros de igual intensidade, como os relatos orais e a autoridade moral do testemunho, a tomada de responsabilidade por parte dos Estados em identificar, classificar e patrimonializar os vestígios da guerra e a introdução de uma nova categoria, que é a figura da vítima.

O CENÁRIO MEMORIAL PÓS-SEGUNDA GUERRA

O modelo heroico impresso na monumentalidade e culto aos mortos da Primeira Guerra Mundial sofreu uma profunda mutação no pós-Segunda Guerra. Conforme tipologia proposta por François Azouvi (2024), o pós-Segunda Guerra apresenta um quadro de egressos dos conflitos: os deportados, os fuzilados e os mortos em combate. Conforme o autor, entre os anos 1960-1970 o modelo heroico da guerra de 1914, no qual a apologia ao heroísmo se revestiu de elementos de glória e horror, dotada de um conjunto de representações que remetem a símbolos cristãos e concedendo um *status* similar à santidade do herói que doou a vida à pátria, foi secularizado e aplicado a outros atores, como os membros da Resistência, ao mesmo tempo que se procedeu a uma desvalorização da vítima passiva representada pelos deportados judeus.

A figura da vítima passiva, levada ao cadafalso sem opor resistência, é colocada em questão tanto no processo Eichmann (1961-1962), que teve como um dos resultados mostrar aos jovens israelenses a resistência dos judeus diante da Shoah, quanto no que Hannah Arendt (1999), referente ao mesmo processo, denunciou como a participação de lideranças judaicas dos guetos na deportação (Azouvi, 2024). Conforme destaca Jay Winter (2001), entre os anos 1940 e 1950, período imediatamente após o final da guerra e década seguinte, o discurso heroico mantinha-se por meio da figura do Resistente, particularmente em países que haviam sofrido ocupação por forças do III Reich. Foi sobretudo na década de 1970 que, tal como afirma Azouvi (2024), se observou o surgimento da figura da vítima denotada como um sujeito sofredor que não escolhe o sofrimento, mas que o enfrenta com dignidade.

O pós-Segunda Guerra apresentou um cenário memorial de certa forma contraditório, uma vez que, visando à reconstrução nacional, se fazia necessário afastar-se dos dramas do passado, ao mesmo tempo em que associações formadas por sobreviventes dos campos de concentração passaram a cumprir um papel memorial, histórico e de demanda por processos de culpabilização pelos crimes do passado recente (Rouso, 2016).

As associações de sobreviventes da Shoah tornaram-se assim os primeiros “empreendedores da memória” (Michel, 2010), procedendo a buscas por identificação de deportados e de documentos obtidos nos campos de concentração, organizando comemorações, construindo monumentos. Nesse sentido, Lalieu (2001) afirma que foram as associações de deportados as responsáveis por operar a memória da deportação, que, além das funções anteriormente descritas, teve como um dos eixos fundantes o culto aos mortos e a memorialização da Shoah no âmbito de dispositivos públicos destinados a ritualizar a lembrança, tais como as comemorações, os memoriais e os museus.

Conforme aponta Jay Winter (2001), o percurso da empresa memorial no pós-Segunda Guerra ocorreu em dois momentos diferentes, sendo o primeiro o da evocação dos mortos e a comemoração, e o segundo, a recordação como fundamento de identidades políticas com a criação e disseminação de narrativas sobre o passado, base do que o autor denomina *generation of memory*. As novas formas memoriais no pós-

Segunda Guerra são, portanto, resultantes de um trabalho que conjuga a busca por visibilidade e reparação associando-as ao político, utilizando-se de dispositivos discursivos remanescentes de práticas memoriais do século XIX e início do século XX, mas com objetivos e mesmo expressões estéticas que apresentam a figura da vítima como núcleo, característico do que Johann Michel (2010) denomina “regime victimo-memorial”, um conjunto de ações e dispositivos levados a termo pelo poder público e agentes memoriais, visando instituir uma lembrança unificadora capaz de converter-se em memória coletiva, ou seja, aquela que só existe sob a influência das molduras sociais, do reconhecimento e da confirmação da lembrança por meio do outro (Halbwachs, 1925), assumindo assim o papel de promover coesão social e sentimento de pertencimento a passados comuns.

Os monumentos, as inscrições de nominatas, as fotografias dos mortos, os objetos, somam-se aos lugares que foram palco de batalhas e atrocidades cometidas pela política de perseguição e deportação levada a termo pelos nazistas. A empresa memorial constituiu-se por ações museológicas quase imediatas às liberações dos campos de concentração após 1945, em grande medida atos levados a termo por ex-prisioneiros na busca por impedir as várias tentativas de invisibilização dos crimes perpetrados nesses lugares. Em 1947 foi inaugurado o Museu Nacional de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, o maior campo de extermínio, no qual mais de um milhão de judeus foram mortos, cifra à qual se somam outras vítimas da barbárie nazista no mesmo local.

À empresa memorial que se instaurou no pós-guerra se seguiu uma outra, que é a da inclusão de tais espaços, objetos e paisagens sob a salvaguarda de Estados por meio da patrimonialização de lugares testemunhos do horror, “patrimônios incômodos”, conforme define Prats (2007), ou mesmo “patrimônio negativo”, de acordo com a definição proposta por Sophie Wahnich (2011) referente ao campo de Auschwitz-Birkenau, inscrito na lista de patrimônios mundiais pela Unesco em 1979 e, considerando a falta de um critério que possibilitasse defini-lo, foi então aplicado o critério VI, que prevê estar o objeto patrimonial “associado diretamente ou materialmente a fatos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de um valor universal excepcional” (Wahnich, 2011, p. 49). O “valor universal excepcional”, aplicado a um lugar onde foram praticados o genocídio de judeus e a morte de milhares de outras pessoas pelo regime nazista alemão, justifica o critério adotado pelo Comitê de patrimônio universal por ser, ao mesmo tempo, testemunho de uma das maiores atrocidades cometidas na história da humanidade e instrumento de transmissão e memória para gerações futuras (WHC, s.d.).

Auschwitz-Birkenau foi o primeiro campo de concentração inscrito como patrimônio da humanidade, abrindo caminho para que outros lugares resultantes de processos de sofrimento coletivo fossem compreendidos como tal. A categoria de “patrimônio negativo”, formulada por Wahnich (2011), busca definir tais objetos pela ideia do “negativo que habita as sociedades”, a herança indesejável, mas necessária, pois sua preservação resulta como prova e testemunho do que nunca deveria ter ocorrido.

As configurações que caracterizam os monumentos, museus e memoriais edificadas no pós-guerra seguiram, ainda por algum tempo, os padrões estéticos advindos do movimento memorial surgido durante e após a guerra de 1914. Novos sentidos e significados sociais foram, porém, sendo atribuídos à morte coletiva, ao horror, às práticas de extermínio e à violência extrema, sendo necessária a adoção de outras formas expositivas no espaço público, seguindo novas linguagens visuais e comunicacionais. Uma dessas linguagens relativas ao arquitetônico é, como define Trouche (2016), “o monumental pelo fechamento”, a exemplo do Memorial de Oradour-sur-Glâne, construído no interior da pequena cidade massacrada pelos nazistas e contendo os restos encontrados nos escombros do lugar. Tal como afirma o autor, as transformações que ocorreram no

pós-Segunda Guerra testemunharam as mudanças dos instrumentos utilizados para a representação da morte coletiva, mudanças essas que refletem alterações e percepções da capacidade da arte e da visualidade em dar conta do irrepresentável.

PATRIMÔNIOS DIFÍCEIS

Os dois campos de análise que fundamentam este artigo encontram-se na França e foram objeto de estudo das autoras durante o período de 2018-2019. No primeiro caso, Oradour-sur-Glane, temos o que Serge Barcellini (2005) denominou patrimonialização em locais nos quais a memória está “encarnada”, ou seja, lugares que foram palco de eventos trágicos como o ocorrido em 1944 nessa pequena localidade na região de Haute-Vienne, Limousin, cerca de 20 km da cidade de Limoges. Já no que se refere ao Memorial da Shoah de Drancy, é uma construção recente, criada para assegurar a memória dos fatos que aconteceram próximo de onde se encontra localizado. Em ambos os casos, interessou-nos observar como tais memoriais se impõem na paisagem memorial e espacial, constituindo-se eles próprios como lugares providos de capacidade discursiva ativada por um conjunto de dispositivos, como as formas arquitetônicas, expográficas, os objetos e a relação que guardam como uma espécie de observatório do espaço histórico ao redor, no caso do Memorial da Shoah de Drancy, e um portal de imersão no cenário da ruína, no que se refere a Oradour-sur-Glane.

A construção desses dois memoriais, que conjugam a memória dos lugares *in situ* e as formas de representação e transmissão dessa reminiscência, respondeu a processos diferentes de memorialização, sendo o caso de Oradour-sur-Glane caracterizado pela ação de sobreviventes e familiares de vítimas do massacre que atuaram como agentes memoriais, enquanto o de Drancy não responde à mesma dinâmica dos fatos, uma vez que se trata de um espaço memorial associado principalmente às deportações de judeus para campos de concentração nazistas, em particular Auschwitz.

Oradour-sur-Glane: *Souviens-toi, Remember*

A 20 km a noroeste de Limoges, através de uma paisagem coberta de neve, chegamos com um pequeno grupo de estudantes em Oradour-sur-Glane. A desolação e o frio acompanham nossa chegada ao museu denominado Centro de Memória na entrada do vilarejo. Ambiente austero. Sóbrio. Um cartaz anuncia “Tumba dos mártires”. Os raros visitantes são discretos. Um breve filme consagrado ao massacre nos faz conhecer a época, o contexto, os personagens desse vilarejo destruído em 1944. [...] visitamos em pequenos grupos o antigo vilarejo de Oradour deixado intacto após sua destruição, acessível por um subterrâneo desde o museu. Avançamos no meio de um amontoado de prédios destruídos pelo incêndio e pelo desgaste do tempo. Estamos rodeados por uma floresta de sinais que evocam o momento do massacre. Aqui um carro abandonado. Ali uma placa crivada de balas. Nas esquinas, placas com nomes de ofícios desaparecidos: fabricante de cintas, de tamancos, de rodas. Por toda a parte a presença invisível dos mortos. Sob um céu escurecido por este flagelo, o vilarejo surge como queríamos que permanecesse: o esqueleto de uma cidade perdida (Salas, 2013, p. 61, livre tradução das autoras).

Oradour-sur-Glane faz parte de uma história trágica: a de pequenas localidades francesas que sofreram ataques das forças de ocupação alemã, algumas sem nenhuma razão evidente se não a de provocar intimidação, sobretudo aos membros da Resistência e à população civil. O massacre de Oradour data de junho de 1944, quando, após o desembarque dos Aliados, as tropas alemãs foram direcionadas para a Normandia, tornando as populações existentes nos seus trajetos alvos de inúmeras atrocidades, tal como se deu entre os dias 6 e 7 de junho na cidade de Tulle. No sábado, 10 de junho, o vilarejo pacato de Oradour-sur-Glane foi tomado de assalto por 150 soldados da Waffen-SS que, sob pretexto de controle de identidade e busca por armas, reuniram os habitantes na praça, onde já foram executados os deficientes e as pessoas doentes. Os homens foram fuzilados, e as mulheres e crianças, levadas à igreja da localidade, onde foram metralhadas ou queimadas vivas com o incêndio provocado no templo. O massacre resultou na morte de 648 pessoas, e apenas uma mulher e cinco homens conseguiram sobreviver (Ménudier, 2014), tornando-se o mais grave atentado, em termos numéricos e em grau de violência, a comunidades na França sob ocupação alemã.

Após oito anos do fato, em 1953, um tribunal militar julgou os autores do massacre, ou seja, os membros da corporação nazista e um grupo de alsacianos que haviam sido recrutados à força. As sentenças foram de execuções sumárias, trabalhos forçados e prisão de longa duração. Uma lei de anistia votada dias após, entretanto, anulou as sentenças dos franceses alsacianos recrutados à força (Mégret, 2013). Tal anistia provocou um conflito entre o Estado e a Associação Nacional de Famílias de Mártires, instituição que havia sido criada no início de 1945 e que assumiu um papel central sobre o processo de patrimonialização das ruínas de Oradour e da memória local (Fouché, 2002).

Em 1944 já tinha sido designado um representante dos Monumentos Históricos da França para avaliar as condições das ruínas e, após o fim da guerra, Oradour recebeu o *status* de um alto lugar de memória, sobre o qual incidiram práticas de conservação para que as marcas do massacre permanecessem autênticas e preservadas. Sob a presidência de General De Gaulle, o processo de patrimonialização de Oradour foi acelerado, bem como a reconstrução de uma nova cidade próxima à que fora destruída. Em 1946, um projeto de lei sobre a conservação de Oradour utilizou o termo “burgo mártir” e daí se generalizou a denominação cidade-mártir, com movimentos peregrinatórios que a ela acedem continuamente (Fouché, 2002). Conforme Ménudier (2014), um projeto de memorial foi apresentado à Presidência da República francesa em 1989, sendo então inaugurado por Jacques Chirac, em julho de 1999, o Centro de Memória de Oradour.

O Centro de Memória de Oradour (CMO) é a conexão entre o tempo da contemporaneidade e o da tragédia, este suspenso pela intensa dramaticidade que cerca o espaço das ruínas. Um painel de pequenas proporções, instalado na entrada das ruínas desde os primeiros anos pós-massacre, anuncia qual deve ser a atitude do visitante: “Souviens-toi, Remember”. “Lembrar-se de” assume a forma de um imperativo moral no qual o visitante se vê rapidamente envolvido.

Figura 1 – Fachada do CMO

Fonte: Centre de la Mémoire d'Oradour

Concebido como um espaço ao mesmo tempo pedagógico e emocional, o CMO apresenta uma arquitetura que, por suas formas em concreto evocando imagens distópicas e dramáticas, emulam uma espécie de fechamento, um tensionamento que remete à tragédia da qual as ruínas são as testemunhas.

Tal como coloca Fouché (2011), a equipe que formulou o projeto expográfico do memorial optou por não exibir objetos na exposição de longa duração e torná-lo, sobretudo, um veículo de informação e sensibilização. Esse projeto expográfico foi em grande parte fundamentado no trabalho inicial de pesquisa levado a termo por Jean-Jacques Fouché, conforme estudo acerca da documentação do Centro de Memória de Oradour-sur-Glane realizado pelas arquivistas Alexandra Kleiber e Sandra Gibouin (2003), sob a coordenação de Dominique Barrère. O acervo de imagens e documentos de diferentes tipologias utilizados na exposição permanente do Centro de Memória foi iniciado por Fouché, que, entre os anos de 1994 e 1999, efetuou pesquisas históricas e organizou um fundo documental na condição de coordenador do projeto do Centro de Memória de Oradour-sur-Glane e, posteriormente, como seu primeiro diretor.

Figura 2 – Fachada do CMO com as ruínas da cidade devastada


Fonte: Centre de la Mémoire d'Oradour

De acordo com Kleiber e Gibouin (2003), o fundo documental denominado 1ETUD está composto por registros obtidos em arquivos judiciais contendo os processos relativos ao massacre, por documentos militares encontrados em diferentes arquivos históricos nacionais e regionais, por comunicação com especialistas em história da Segunda Guerra Mundial (museus, memoriais, arquivos, bibliotecas, pesquisadores autônomos etc.), por artigos de imprensa, documentos visuais (fotografias, caricaturas, mapas, cartazes) e trabalhos de pesquisa realizados por Michel Taubmann, historiador especialista em história da Resistência na região de Limousin e que organizou documentação contendo correspondências da Prefeitura Regional de Limousin, dossiês da Corte de Justiça de Haute-Vienne, dossiês sobre pesquisa de crimes de guerra – em particular sobre a ação da Gestapo de Limoges – e documentos originários do Tribunal Militar permanente de Bordeaux (AAF, s.d.). A expografia do Centro de Memória reproduziu, em grande parte, os grandes eixos temáticos sugeridos por Jean-Jacques Fouché: Exército alemão e colaboração, Regime de Vichy; Deportação, Solução Final e regime concentracionário, Shoah; Resistência, Liberação; história do massacre de Oradour-sur-Glane em 10 de junho de 1944; conservação das ruínas e reconstrução da nova cidade; comemoração, dever de memória (Kleiber; Gibouin, 2003).

O fundo documental que presidiu as escolhas expográficas do Centro de Memória foi composto, além da documentação de caráter institucional, por documentos cedidos por particulares, entre os quais estão cartas, fotografias e cópias de documentos pessoais. Conforme relatório organizado por Fossey (2015), a fototeca do Centro de Memória, local de onde provêm muitas das imagens expostas ao público, estava constituída, no ano de 2015, por 1.420 fotografias, sendo a maior parte recebida de doações de acervos familiares, algumas adquiridas pela instituição por meio de compra e outras obtidas pelo trabalho de fotógrafos profissionais. Tais imagens se dividem em grandes temas como: os corpos dilacerados; a população antes do massacre; cartões-postais mostrando o antigo vilarejo; o vilarejo em ruínas; as comemorações; e a nova cidade.

A exposição permanente (Centre de la Mémoire Oradour-Sur-Glâne, s.d.) propõe assim um percurso histórico que se inicia com a ascensão do nazismo, com ênfase no período de ocupação alemã na França, e as práticas de colaboração do Regime de Vichy. Na sequência, no mesmo ambiente, o visitante é introduzido, por meio de vídeos e fotografias que fazem parte da fototeca e midiateca do Centro de Memória, ao que foi Oradour antes de junho de 1944: imagens que evocam paisagens bucólicas, cenas do cotidiano de um lugar aprazível no meio dos bosques da região de Limousin. Na sequência do percurso expográfico são apresentadas fotografias de arquivos, matérias jornalísticas e narrativas de historiadores que mostram o que se pode considerar como o prenúncio da tragédia, evocando as diversas movimentações do Exército alemão na França ocupada, tensão que antecede o fatídico dia de verão de 1944, quando a normalidade da pequena cidade foi brutalmente rompida pela violência extrema que ali se instaurou. O módulo seguinte, denominado “O 10 de junho em Oradour: a reconstituição do drama”, inicia-se com um audiovisual de 12 minutos com testemunhos de sobreviventes, confissões de carrascos durante os tribunais e o horror da descoberta da chacina. Outros massacres realizados pelos nazistas na França, no mesmo período, são igualmente evocados. Essa expografia fundamenta-se em imagens das ruínas e relatos de testemunhos que, conforme aponta Fouché (2011), desde junho de 1944 foram muito difundidos em conjunto com um grande número de livros e artigos de imprensa, bem como em obras cinematográficas e programas de rádio. Ainda de acordo com Fouché (2002), em 1987 o Conselho Geral da Haute-Vienne organizou, em coprodução com a cadeia de televisão France 3, um filme documentário denominado *Oradour, as vozes da dor*.

No módulo seguinte são tematizados o reconhecimento nacional e a reconstrução por meio da tutela do Estado, com a conservação das ruínas e a reconstrução da cidade, a nova Oradour. O processo de julgamento dos culpados por um tribunal militar em 1953 e a anistia a alguns dos que estiveram envolvidos com o massacre aparecem aí como uma fratura na constituição da memória coletiva sobre o evento.

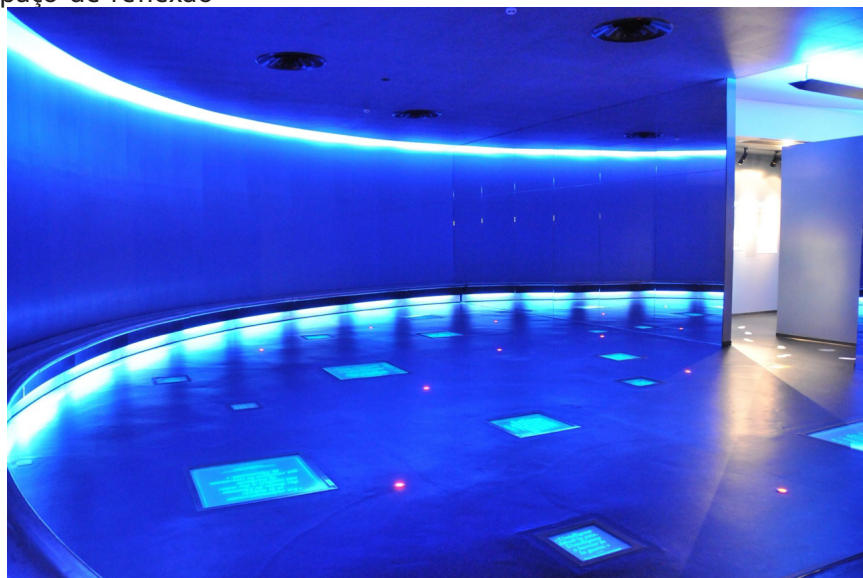
Figura 3 – Percurso sobre a história do nazismo



Fonte: Centre de la Mémoire d'Oradour

Como último trecho do percurso expográfico, encontra-se um espaço despojado de imagens, mas envolto em uma atmosfera de reflexão auxiliada por citações de diferentes pensadores. No trajeto que antecede o acesso do visitante às ruínas, foi inaugurada em 2018 uma passagem na qual em ambos os lados estão dispostas, gravadas em porcelana, as fotografias das vítimas do massacre (Centre de la Mémoire Oradour-Sur-Glane, s.d.). São elas que guiam o visitante a percorrer as ruas, os lugares de uma vida cotidiana, as placas indicadoras de comércio, consultórios, escolas, as moradias, os carros abandonados e em particular o automóvel que pertenceu ao médico que atendia o local, a igreja como centro dessa vida comunitária. O silêncio e o vazio buscam imprimir no visitante um sentimento de empatia diante do que se apresenta como os vestígios de pessoas comuns, em vidas comuns, que, por um ato de barbárie, se converteram em vítimas de um martírio.

Figura 4 – Espaço de reflexão



Fonte: Centre de la Mémoire d'Oradour

Drancy e a Cité de La Muette

Drancy, localizada no departamento de Seine-Saint-Denis, a nordeste de Paris, teve, por sua localização estratégica de cerca de 14 km da capital – fazendo parte de uma rota de viação férrea e próxima à estação ferroviária da localidade de Bobigny –, um destino trágico: sediar um campo de passagem para prisioneiros, em sua maior parte judeus.

O Memorial da Shoah em Drancy é uma das ramificações do Memorial da Shoah em Paris, que foi aberto ao público em 2005 no bairro parisiense Marais, local por excelência de moradia de uma comunidade judaica expressiva. A história do Memorial da Shoah, no entanto, iniciou-se durante os anos de guerra, em 1943, quando o industrial Isaac Schneersohn começou na clandestinidade um trabalho de coleta e sistematização de documentos para que, ao final da guerra, servissem de provas da perseguição aos judeus implementada pelos nazistas e pelo Regime colaboracionista de Vichy. Esse material foi a base do Centro Contemporâneo Judaico de Documentação, cujos representantes se fizeram presentes nos trabalhos do Tribunal de Nuremberg e, posteriormente, em outros processos na França (Mémorial de la Shoah, s.d.).

Ainda na década de 1950, como parte do processo de visibilidade da memória do genocídio judaico, foi inaugurado o Memorial do Mártir Judeu Desconhecido. Para

tanto foi mobilizado um ativo de recursos por intermédio de instituições nacionais, em particular do Estado de Israel, o que possibilitou a inauguração de tal espaço em 1956, em cuja cripta foram colocadas cinzas provenientes dos campos de extermínio e do Gueto de Varsóvia. Em 1991 o Memorial do Mártir Judeu Desconhecido foi patrimonializado e, no começo dos anos 2000, uma expansão permitiu ampliar sua área de documentação e pesquisa, bem como o espaço museal e o Muro dos Nomes, no exterior do prédio, no qual estão inscritos os nomes de 76.000 judeus deportados da França. Em 2005 passou a ser denominado Memorial da Shoah de Paris. O trabalho de pesquisa e visibilização do memorial permitiu identificar vários locais relevantes para a história da deportação e, em 21 de setembro de 2012, foi então inaugurado o Memorial da Shoah de Drancy, principal campo de internação e trânsito de judeus da França entre 1941 e 1944 para os campos nazistas (Lefeuvre, 2019).

O Memorial da Shoah de Drancy está situado em frente ao antigo campo de trânsito denominado Cité de la Muette, conjunto habitacional construído na década de 1930, voltado à classe operária como habitação de baixo custo. Com previsão de construção de 1.250 alojamentos, a planta dividia-se em duas estruturas, que são o edifício em forma de U com vasto espaço aberto no interior e cinco torres de 14 andares que estariam associadas ao enorme conjunto de quatro andares. Tal como reporta Lefeuvre (2017, 2019), a construção desse imenso conjunto esteve suspensa por falta de recursos e em 1940 passou a ser integrada às ações de ocupação nazista na França, tornando-se, no ano seguinte, um campo de trânsito de prisioneiros de guerra para os campos de concentração. Entre 1941 e 1944 a Cité de la Muette passou a ser conhecida como “campo dos judeus”, local onde foram aprisionados milhares de judeus em um espaço que, por sua forma, facilitava a vigilância e, por sua localização próxima às estações de Bourget e Bobigny, se tornava estratégica para a deportação dos prisioneiros para os campos de concentração, em particular Auschwitz.

Figura 5 – Cité de la Muette, com o campo de concentração de passagem



Fonte: Mémorial de la Shoah, Coll. BNF – Biblioteca Nacional da França

A permanência no confinamento em Drancy foi marcada por condições sub-humanas de sobrevivência, pela violência, pela heterogeneidade de uma improvável “comunidade de judeus”, assim designada pelos alemães e pelo Estado francês, mas que na origem era composta por diferentes procedências, por judeus convertidos ao protestantismo ou catolicismo, por antigos combatentes de guerras, por intelectuais, por pequenos comerciantes, entre outros sujeitos desse universo multiforme, porém condenados a um destino comum (Laffitte, 2015). O interior do grande imóvel em U, em sua origem projetado para abrigar pequenos apartamentos, apresentava-se inacabado,

restando apenas as paredes externas e as escadas, tal como consta em depoimentos como o que segue: “Além das escadas, só existem os patamares e peças retangulares inacabadas [...], vazias, exceto pelos beliches em madeira nos quais não havia colchões, nem lençóis, nem cobertores, nada” (Angel, 1999, p. 188).

Após a Liberação⁴ foi criada uma confederação de ex-internos vítimas do racismo, abarcando egressos de diversos campos, particularmente Drancy. Coube à confederação o papel de buscar e preservar a documentação referente aos campos, incluindo testemunhos de egressos de tais lugares, assim como cumprir a função de fomentadora de marcações desses locais no espaço público (Poznanski, 2022). As negociações para a construção de um monumento em Drancy avançaram no final da década de 1960, envolvendo discussões acerca da unicidade ou não de vítimas judias. Como coloca Poznanski (2022, p. 115), foi necessária a criação de um “Comitê de apoio para a construção de um monumento em memória às vítimas das perseguições raciais internadas no campo de Drancy, antecâmara dos campos de extermínio nazistas”. Em maio de 1976 foi inaugurado o monumento do artista Shelomo Selinger na entrada do complexo, erigido em granito rosa com altura de 3 m e 60 cm em um conjunto carregado de elementos do simbolismo religioso judaico no bloco central, ladeado por dois outros que representam as “portas da morte”, com inscrições em hebreu e francês (Poznanski, 2022, p. 116). Ainda compondo esse conjunto memorial, vê-se um marco com a bandeira da França hasteada e um vagão-testemunho ali instalado em 1988 (Lefevre, 2019).

Figura 6 – Monumento de autoria de Shelomo Selinger e os prédios da Cité de la Muette



Fonte: Arquivo pessoal das autoras

⁴ Denomina-se Liberação o movimento de ocupação e conseqüente liberação de zonas ocupadas pela Alemanha e seus aliados no contexto da Segunda Guerra Mundial. Os marcos referenciais para esse movimento foram operações militares que, sobretudo a partir de 1943, começaram a ocorrer de forma sistemática, a exemplo do desembarque de tropas aliadas no sul da Itália, do movimento de tropas soviéticas que avançaram sobre o leste e da intensificação de tais operações a partir de 6 de junho de 1944, quando as tropas britânicas, americanas e canadenses desembarcaram nas praias da Normandia, na França, avançando para Paris, cuja retomada da ocupação alemã é um marco simbólico dessa última etapa da guerra. Ainda como parte do processo de Liberação, houve a abertura dos campos de concentração nazistas, tendo como marco referencial a data de 27 de janeiro de 1945, quando soldados soviéticos entraram no campo de morte de Auschwitz-Birkenau, seguidos pela liberação, por parte de tropas aliadas, dos campos de Buchenwald, Dachau e Bergen-Belsen. Como sugestão de leitura, indicam-se as obras do historiador Olivier Wieviorka (2014, 2023).

Figura 7 – Monumento com o Memorial de la Shoah de Drancy, com a fachada envidraçada



Fonte: Memorial de la Shoah de Drancy

O Memorial da Shoah de Drancy compõe, com a Cité, um cenário memorial discreto e até mesmo silencioso. O prédio apresenta uma arquitetura de formas retas composta por quatro andares, sendo a fachada revestida por vidro espelhado, o que faz o visitante, antes de ingressar no *hall* de recepção, ter uma dupla imagem retratada: a sua e, como uma imagem de fundo, a do conjunto Cité de la Muette. Ainda que a vista da Cité seja ofertada em grande angular pelas paredes de vidro, sobretudo do último andar, esse encontro entre o sujeito-espectador e a imagem do objeto permite uma reflexão sobre o peso do passado no presente e o compromisso ético que por vezes tal constatação nos impõe. O ingresso no memorial é antecedido por uma requisição de identificação e de agendamento prévio, norma aplicada tanto para pesquisadores como para visitantes em geral. Em um espaço amplo, estão vários aparelhos que reproduzem vídeos nos quais se pode ter os primeiros contatos com as narrativas e imagens do campo de Drancy, seguido de um ambiente no qual são apresentados documentos de várias fontes que informam sobre os processos relativos à deportação de judeus para os campos de concentração nazistas. O memorial apresenta um grande acervo documental e bibliográfico e recursos virtuais e interativos, como a denominada “mesa do destino”, que anuncia, pelo título, uma incursão na vida de deportados judeus a partir do campo de Drancy, indo da biografia como narrativa comum a qualquer pessoa (local e data de nascimento, filiação, profissão, casamento e outras informações básicas) até o momento no qual se dá a transformação e singularização de cada uma dessas faces impressas na fotografia, e replicadas pela virtualidade, em vítimas de um destino trágico, que foram as perseguições, detenções, deportações e mortes de milhares de homens, mulheres e crianças que passaram pelo campo de trânsito de Drancy. Tais faces e narrativas biográficas assumem uma força maior de expressão quando a elas se associam as vozes testemunhais de ex-internos deportados e que sobreviveram ao horror. Um desses relatos, particularmente, interroga de modo contundente o processo de formação da memória. Tal como reproduz Lefeuvre (2017, p. 79) sobre a fala de Marceline Loridan-Ivens, internada em abril de 1944 em Drancy e deportada duas semanas após para Auschwitz: “Eu não lembro mais. Drancy é talvez o período que esqueci [...]. Para mim, em relação ao que vivi depois, era o paraíso pois não havia gás”.

A parte expositiva do memorial está ainda composta por um conjunto de documentos na grande maioria produzidos pelos próprios deportados, sendo a maior parte cartas, diários e registros vários a serem enviados aos que ficaram no mundo externo. Esses registros são emoldurados por fotografias e, eventualmente, algum objeto que, em razão do contexto, se torna potente testemunho da ruptura da dimensão ordinária da vida e do ingresso em um tempo caracterizado por imagens distópicas, fragmentadas, transfiguradas, a sombria face do horror que caracterizou o regime nazista e o extermínio, sistemático e em níveis industriais, de milhões de judeus e outras etnias e procedências sociais.

MUSEUS, MEMORIAIS E PATRIMÔNIO: OS PARADOXOS CONTEMPORÂNEOS DA MEMÓRIA

Os dois campos empíricos apresentados neste artigo referem-se não apenas ao registro histórico de acontecimentos dramáticos durante o regime nazista, mas, sobretudo, às formas de memorialização e patrimonialização que derivam de tais eventos. Em ambos os casos o espaço é um agenciador da memória, uma vez que conjuga, ao mesmo tempo, ter sido palco de violências extremas cujas marcas permanecem como denúncia e testemunho e tornar-se na contemporaneidade sítio de comemoração e memorialização. Assim, como abordam Demaria *et al.* (2022), tais lugares elaboram e interrogam o passado traumático por meio de inúmeros recursos, rituais e dispositivos que buscam traduzir, interpretar e mesmo torná-lo cênico.

A patrimonialização é um dos instrumentos centrais do processo de memorialização. No caso de Oradour-sur-Glane, ela se deu já nos primeiros anos posteriores ao evento original e teve como um dos principais objetivos manter a integridade das ruínas, testemunhos eloquentes da violência ali ocorrida, e sua autenticidade. As ações de intervenção nos escombros de Oradour sempre estiveram ligadas à Associação Nacional de Famílias de Mártires, um dos principais “empreendedores de memória”, e, em conjunto com instituições do Estado, promovem a manutenção do sítio “no melhor estado de ruína possível” (Moshenska, 2015), que o autor discute como uma forma de manter a autenticidade do lugar.

As ruínas de Oradour demarcam, espacial e simbolicamente, a separação entre o mundo dos mortos e o dos vivos, este último materializado pela Nova Oradour, construída ao lado daquela que fora destruída. A convivência com ambas pode ser compreendida em tal contexto como um dever de memória, uma espécie de presença quase materializada do passado no presente. Em matéria jornalística realizada com os moradores da Nova Oradour, viver na cidade tendo como paisagem as ruínas, testemunhas do horror, não é representado como uma convivência assombrada pelos mortos, mas sim junto deles, tal como no relato a seguir:

Michelle Senon [...] considera, de fato, que a cidade mártir é um outro braço da cidade nova. “É a continuação [...], tem o burgo e o velho burgo. Aprendemos a viver com os mortos. É como se estivessem vivos [...]”. Seu irmão complementa: “A padaria Thomas (na cidade mártir NDLR) é a mesma padaria Thomas no burgo atual. A oficina mecânica, a mesma coisa... se encontra tudo [...]. Foram os sobreviventes que reconstruíram Oradour” (*in* Mallet; Filliot, 2024, livre tradução das autoras).

No que se refere a Drancy, em 2001 a Cité de la Muette foi patrimonializada pelo Ministério da Cultura francês com base em duas justificativas: a de ser um exemplar

arquitetônico e urbanístico do século XX e por sua utilização como campo de trânsito de deportados. Considerando que a Cité de la Muette continua sendo um espaço destinado a moradias sociais, ela segue acolhendo pessoas, agora não mais como prisioneiros de um regime brutal, mas sujeitos que, em razão de suas precárias condições sociais e econômicas, encontram nesse lugar uma alternativa de moradia.

A relação dos memoriais com o entorno, que é constituído, em ambos os casos, pelos objetos mesmos que os animam, aparece em determinados momentos tensionada, como no caso de Oradour-sur-Glane e a participação da Associação Nacional de Famílias de Mártires como agente ativo regulando, de certa forma, como e o que pode ser mostrado. O memorial, como afirma Moshenska (2015), ainda que se mantenha como um dispositivo de informação histórica e numa perspectiva de inserir o drama de Oradour em um contexto de outros locais vítimas da barbárie e dominação, vincula-se ao sítio de memória no seu apelo em oferecer uma visão direta dos horrores ali ocorridos. A narrativa de Jean-Jacques Fouché, primeiro diretor do CMO, é testemunho dessa tensão entre a comunidade de vítimas e famílias de vítimas e a comunidade científica formada por historiadores, museólogos e antropólogos. Segundo Fouché (2002, p. 136):

Tivemos que conciliar nossa leitura dos arquivos com a pressão de testemunhas e representantes eleitos. Notamos uma incapacidade de transmitir de forma justa o sofrimento das vítimas em toda a sua diversidade. Deparamo-nos com a instrumentalização das memórias que sustentam o peso dos mortos sobre os vivos, em outras palavras, uma forma imutável do sagrado. Os promotores do Centro de Memória podem não ter ficado satisfeitos com a ideia de “a memória ser sujeita à História” (livre tradução das autoras).

Quanto a Drancy, a relação do memorial com a comunidade de Cité de la Muette aparece em constante questionamento diante dos desafios impostos pela patrimonialização do sítio memorial. Tal como coloca Lefeuvre (2019), a condição de patrimônio atribuída ao sítio tornou-se um mecanismo que engessa as alterações, por vezes necessárias, em um local que abriga um conjunto de moradores. A autora relata a abordagem feita por um jornalista do periódico *Libération* em 2012 a um morador atual da Cité, que afirmou: “O passado interessa mais do que o presente, nossos problemas não interessam a ninguém” (in Lefeuvre, 2019, p. 210). A tensão entre patrimônio e lugar de vida projeta-se no memorial. Este, tendo por missão produzir narrativa sobre um sítio cujo impacto foi expressivamente maior para os judeus, inscreve tal narrativa em um lugar que, por sua função social, abriga pessoas que possuem o direito de ter ali, no sítio patrimonial, condições dignas de vida

O Centro de Memória de Oradour-sur-Glane e o Memorial da Shoah de Drancy enquadram-se no que Paul Williams (2007) definiu como *memory museum* e trazem consigo duas forças – a lembrança e a interpretação crítica (Williams, 2007, p. 8) –, que tanto podem se aproximar quanto se contrapor uma à outra, e nesse sentido a expografia é o meio pelo qual o sujeito espectador se torna um elemento ativo dessa relação ambígua. A expografia é, conforme afirma Davallon (2000), um produto de escolhas e técnicas, um artefato propriamente dito, destinado a tornar a visita uma experiência, fazendo com que o espectador se sinta implicado na memória que ali se produz. Dessa forma, Mesnard (2016) diz que visitar espaços instituídos pela memória representada simbólica ou topograficamente envolve o espectador em um duplo processo – de aquisição de conhecimento, por um lado, e experiência emocional, por outro –, o qual é mediado pela expografia por meio de uma economia de representações memoriais que balizam a experiência entre o cognitivo e o sensorial. São dispositivos dessa economia a arquitetura contemporânea de museus e de memoriais associados

a catástrofes (uso de formas retas, esteticamente desequilibradas, combinações entre luz e sombra, confinamento e abertura), painéis com fotografias das vítimas, objetos pessoais, sons e vozes de testemunhos que, mais do que conferirem veracidade aos fatos relatados, se tornam eles próprios elementos de denúncia e autoridade, se convertem em verdades inquestionáveis em razão da vivência traumática.

Em ambos os casos analisados neste artigo, o centro de memória e o memorial apresentam-se topograficamente dispostos em duas partes, que são o sítio memorial propriamente dito (as ruínas, no caso de Oradour, e a Cité de la Muette no que se refere a Drancy) e um espaço escolhido para “expor a história”, como afirma Becker (2016), ambiente esse que é concebido por diferentes especialistas (museólogos, arquitetos, cenógrafos, historiadores etc.) e que, tal como já abordado anteriormente, pode não responder ao que as comunidades de destino (sobreviventes, moradores) entendem como a forma ideal de exposição e compartilhamento memorial. Nesse sentido, como coloca Chevalier (2018), tais espaços podem ser observados como instrumentos híbridos, ao mesmo tempo agentes (já que expõem uma complexa combinação entre memórias individuais e coletivas que produzem, por sua vez, novas memórias) e ativos (pois são habitados por visitantes que se transformam em testemunhos pela experiência do que veem, compreendem, percebem).

Dessa forma, as questões referentes a esses museus-memoriais dizem respeito ao duplo registro de tornar visível o passado traumático, interrogando-o constantemente diante do presente, tornando-se um instrumento de vigilância para que tais heranças não voltem a assombrar o presente sob novos formatos. Tendo em vista os dois casos apresentados neste artigo, é possível afirmar que seus papéis agenciadores podem, por vezes, se confundir com o de manipuladores da memória? Ou, em outro sentido, podem esses museus-memoriais assumir um papel de mediadores entre passado e presente, ativadores, pela informação e pela emoção, de uma consciência ativa perante o mundo que nos cerca? Que estratégias ainda são possíveis para evitar, de um lado, o campo das atrações memoriais e, de outro, a doxa difusa sobre as violências de massa? (Biet; Mesnard, 2015). Trata-se de questões necessárias (e incômodas), envolvendo o trabalho da memória, e cujas respostas, todavia, ainda não podemos ter.

REFERÊNCIAS

ANGEL, Jacques. Drancy: les premiers mois témoignage. **Revue d’Histoire de la Shoah**, v. 1, n. 165, p. 185-207, 1999.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS – AAF. **Centre de la Mémoire d’Oradour-sur-Glane**. s.d. Disponível em: <https://www.archivistes.org/centre-de-la-memoire-d-oradour-sur>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AZOUVI, François. La genèse des victimes. *In*: AZOUVI, François. **Du héros à la victime: la métamorphose contemporaine du sacré**. Paris: Gallimard, 2024.

BARCELLINI, Serge. L’intervention de l’Etat dans les musées des guerres contemporaines. *In*: BOURSIER, Jean-Yves (ed.). **Musées de guerre et memoriaux: politiques de la mémoire**. Paris: Les Editions de la MSH, 2005. p. 35-48.

BECKER, Annette. **La guerre et la foi**. Paris: Armand Colin, 1994.

BECKER, Annette. Les musées des catastrophes: exposer guerre et génocides. In: BECHTEL, Delphine; JURGENSON, Luba (org.). **Muséographie des violences em Europe centrale et ex-URSS**. Paris: Kimé, 2016. p. 23-38.

BIET, Christian; MESNARD, Philippe. Violences radicales en scene. **Témoigner. Entre Histoire et Mémoire**, n. 121, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/temoigner/3249>. Acesso em: 20 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/temoigner.3249>.

CENTRE DE LA MÉMOIRE ORADOUR-SUR-GLANE. **L'Exposition Permanente: Le Parcours de Mémoire**. s.d. Disponível em: <https://www.oradour.org/lexposition-permanente-le-parcours-de-memoire>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHEVALIER, Dominique. Que deviennent les mémoires douloureuses aux musées: un universel métissé? **Mondes du Tourisme**, n. 14, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/tourisme/1769>. Acesso em: 9 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/tourisme.1769>.

DAVALLON, Jean. **L'exposition à l'oeuvre**. Stratégies de communication et médiation symbolique. Paris: L'Harmattan, 2000.

DEMARIA, Cristina; LORUSSO, Anna Maria; VIOLI, Patrizia; SALOUL, Ihab. Spaces of memory. **Heritage, Memory and Conflict**, n. 2, p. 1-5, 2022.

FOSSEY, Solenn. **Valoriser un fonds patrimonial sur le site internet d'un centre de documentation spécialisé**. Rapport de stage – Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, Université de Limoges, Limoges, 2015.

FOUCHÉ, Jean-Jacques. L'aura des ruines d'Oradour. **Les Cahiers Irice**, n. 7, 2011.

FOUCHÉ, Jean-Jacques. Le Centre de la Mémoire d'Oradour. **Vingtième Siècle – Revue d'Histoire**, v. 1, n. 73, p. 125-137, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

HISTORIAL DE LA GRANDE GUERRE. **L'Histoire autrement**. s.d. Disponível em: <https://www.historial.fr/nos-musees/>. Acesso em: 15 out. 2024.

KAUFMANN, Francine. Holocauste ou Shoah? Génocide ou 'Hourbane? Quels mots pour dire Auschwitz? **Revue d'Histoire de la Shoah**, v. 1, n. 184, p. 337-408, 2006.

KLEIBER, Alexandra; GIBOUIN, Sandra. **Fonds 1 ETUD – Études et documentation rassemblée en vue de l'ouverture du Centre de la Mémoire**. Répertoire numérique détaillé provisoire. Centre de la Mémoire d'Oradour-sur-Glane, nov. 2003.

LAFFITTE, Michel. Vivre à Drancy. *In*: LAFFITTE, Michel; WIEVIORKA, Annette. **À l'intérieur du camp de Drancy**. Paris: Perrin, 2015. p. 58-108.

LALIEU, Olivier. L'invention du "devoir de mémoire". **Vingtième Siècle – Revue d'Histoire**, n. 69, p. 83-94, jan.-mar. 2001.

LEFEUVRE, Annaig. In situ, c'est à dire en face: le camp de Drancy. **Mémoires en Jeu**, n. 3, p. 72-79, 2017.

LEFEUVRE, Annaig. Le Mémorial da la Shoah: une histoire à rebours à partir du site de Drancy. **Revue Internationale de la Croix Rouge**, v. 101, n. 1, p. 201-220, 2019.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MALLET, Philippe; FILLIOT, Alexandra. "Je suis ravie de vivre ici". "On a appris à vivre avec les morts": ils sont d'Oradour sur Glane, passeurs de vie et de mémoire. **France 3**, Nouvelle-Aquitaine, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://france3-regions.francetvinfo.fr/nouvelle-aquitaine/haute-vienne/limoges/temoignages-je-suis-ravie-de-vivre-ici-on-a-appris-a-vivre-avec-les-morts-ils-sont-d-oradour-sur-glane-passeurs-de-vie-et-de-memoire-2978546.html>. Acesso em: 15 set. 2024.

MÉGRET, Frédéric. The Bordeaux Trial: Prosecuting the Oradour-sur-Glane Massacre. *In*: HELLER, Kevin; SIMPSON, Gerry (ed.). **The Hidden Histories of War Crimes Trials**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MÉMORIAL DE LA SHOAH. **Histoire du Mémorial de la Shoah**. s.d. Disponível em: <https://www.memorialdelashoah.org/le-memorial/qui-sommes-nous/histoire-du-memorial-de-la-shoah.html>. Acesso em: 15 set. 2024.

MÉNUDIÉ, Henri. Les massacres d'Oradour et du pont Lasveyras (1944). **Allemagne d'Aujourd'hui**, n. 208, p. 147-169, 2014.

MESNARD, Phillippe. L'occupation mémorielle des sols: essai d'analyse in situ des configurations mémorielles. *In*: BECHTEL, Delphine; JURGENSON, Luba (org.). **Muséographie des violences en Europe centrale et ex-URSS**. Paris: Kimé, 2016. p. 153-174.

MICHEL, Johann. **Gouverner les mémoires**: les politiques mémorielles en France. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

MOSHENSKA, Gabriel. Curated Ruins and the Endurance of Conflict Heritage. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, v. 1, n. 17, p. 77-90, 2015.

NGUYEN, Viet Thanh. Just memory: war and the ethics of remembrance. **American Literary History**, n. 5, p. 1-20, 2013.

POZNANSKI, Renée. Drancy après Drancy. **Témoigner entre Histoire et Mémoire**, n. 129, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/temoigner/8685>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PRATS, Llorenç. **Concepto y gestión del patrimonio local**. Barcelona: Institut Català d'Antropologia, 2007.

ROUSSO, Henry. **Face au passé**. Paris: Belin, 2016.

SALAS, Denis. Voyage à Oradour-sur-Glane. **Les Cahiers de la Justice**, n. 2, p. 61-70, 2013.

SELLARS, West. **Pilgrim Places: Civil War Battlefields, Historic Preservation, and America's First National Military Parks, 1863-1900**. Fort Washington: Eastern National, 2005.

THEODOSIOU, Christina. La mobilisation des morts: culte du souvenir et culture de guerre en France pendant la Grande Guerre. **Revue LISA**, Rennes, v. X, n. 1, p. 51-68, 2012.

TISON, Stéphane. Introduction. In: BECKER, Annette; TISON, Stéphane (ed.). **Un siècle de sites funéraires de la Grande Guerre**. Paris: Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.pupo.22572>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TROUCHE, Dominique. La forme du monumental: usage et circulation dans les représentations des morts dus à la Seconde Guerre Mondiale. **Nouvelles Perspectives en Sciences Sociales**, v. 12, n. 1, p. 111-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1038371a>. Acesso em: 10 jun. 2020.

UZZEL, David; BALLANTYNE, Roy. Heritage that hurts: interpretation in a post-modern world. In: UZZEL, David; BALLANTYNE, Roy (ed.). **Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation: Problems and Prospects**. London: The Stationery Office, 1998. p. 152-171.

VILTART, Franck. Naissance d'un patrimoine: les projets de classement des ruines, vestiges et souvenirs de guerre (1915-1918). **In Situ**, Paris, n. 23, 2014.

WAHNICH, Sophie. L'impossible patrimoine négatif. **Les Cahiers Irice**, v. 1, n. 7, p. 47-62, 2011.

WIEVIORKA, Olivier. **Histoire du débarquement en Normandie**. Des origines à la Libération de Paris (1941-1944). Paris: Seuil, 2014.

WIEVIORKA, Olivier. **Histoire totale de la Seconde Guerre Mondiale**. Paris: Ministère des Armées: Perrin, 2023.

WILLIAMS, Paul. **Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities**. Oxford; New York: Berg, 2007.

WINTER, Jay. **Sites of memory, sites of mourning: the Great War in European Cultural History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WINTER, Jay. The generation of memory: reflections on the “memory boom”. **Contemporary Historical Studies Canadian Military History**, v. 3, n. 10, 2001.

WORLD HERITAGE CONVENTION – WHC. **Auschwitz Birkenau – German Nazi Concentration and Extermination Camp (1940-1945)**. s.d. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/31>. Acesso em: 10 ago. 2018.

